

-----ATA NÚMERO 20/2017-----

**REUNIÃO ORDINÁRIA, E PÚBLICA, DA CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL, REALIZADA EM VINTE E CINCO DE MAIO DO ANO DOIS MIL E DEZASSETE.**-----

-----Aos vinte e cinco dias do mês de maio do ano dois mil e dezassete, nesta Cidade do Funchal, Edifício dos Paços do Município e Sala de Reuniões, reuniu a Câmara Municipal, pelas quinze horas, sob a Presidência do Senhor Presidente, Paulo Alexandre Nascimento Cafôfo, estando presentes os Senhores Vereadores: Domingos Manuel Martins Rodrigues, José Manuel de Sousa Rodrigues, Vanda Maria de Fátima Sousa de França Correia de Jesus, Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia, Artur Alberto Fernandes Andrade e João José Nascimento Rodrigues. A secretariar esteve presente Catarina Isabel Sousa Pereira, Chefe de Divisão de Atendimento e Administração.-----

---Presentes ainda, a Senhora Carolina Isabel Ribeiro Silva e o Senhor Rui Anacleto Mendes Alves que substituem, respetivamente, nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 78º e 79º da Lei número 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei número 5-A/2002, de 11 de janeiro, os Senhores Vereadores Bruno Miguel Camacho Pereira e João José Sales Fernandes Correia, do PSD, bem como a Senhora Alicia Maria Faria Abreu, da Coligação Mudança, que preenche, ao abrigo da mesma disposição legal, a vaga ocorrida nesta reunião pela ausência da Senhora Vereadora Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes.-----

---Estiveram igualmente presentes, o Chefe de Gabinete Miguel Iglésias, a Adjunta do Gabinete de Apoio à Presidência, Andreia Caetano e os Adjuntos do Gabinete de Apoio à Vereação Sandra Silva e Mabely Moreira.-----

-----Verificado o quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião.-----

**AUSÊNCIAS:** Verificou-se não estar presente a Senhora Vice-Presidente Idalina Perestrelo Luís, cuja falta foi justificada pelo Senhor Presidente.-----

**APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:** - Foi dispensada a leitura da ata da reunião anterior a qual, previamente distribuída em minuta aos Senhores Vereadores, foi aprovada por unanimidade.-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

**INTERVENÇÃO DA VERAÇÃO:** - Iniciando este período o Senhor Vereador João Rodrigues, do PSD, lembrou uma questão já abordada em reunião anterior, relacionada com a construção de uma moradia na Rua Prof. Marita Franco, que não está a cumprir com o projeto aprovado, ao que o Senhor Vereador Domingos Rodrigues, da Mudança, disse que mandaria averiguar junto dos serviços.-----

----- - Usando da palavra, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, referindo-se ao conjunto de conferências que a Câmara iniciara para a pré discussão pública do PDM, disse: “É de lamentar que algumas pessoas tenham feito prevalecer

assuntos particulares em detrimento das questões da cidade. No entanto, a questão do ruído levantado pelos moradores da Zona Velha da Cidade, merece uma atenção especial, porque tem a ver com um dos objetivos do PDM que é o de repovoar a cidade do Funchal e será necessário encontrar meios de compatibilização entre os mesmos e os comerciantes”.-----

----- - Sobre esta questão, o Senhor Presidente interveio referindo ser preocupação das cidades turísticas que exista uma convivência entre uma dinâmica de turismo crescente e daquilo que são os habitantes nas cidades, principalmente nas zonas histórica. “Tem sido preocupação deste Executivo procurar o equilíbrio entre a atividade comercial, turística e de habitação, desde que sejam cumpridas as regras. Tem havido igualmente uma fiscalização rigorosa, quer na questão dos horários de funcionamento ou nos abusos da ocupação, com esplanadas, na via pública, com consequentes ações de fiscalização conjuntas entre os serviços de Fiscalização Municipal e a PSP”, frisou.-----

-----Retomando a palavra, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, fez referência ao anúncio da Agência Portuguesa do Ambiente, sobre a qualidade das águas do Funchal e de duas das três praias da cidade serem consideradas as piores, nomeadamente, a Doca do Cavacas e a Praia do Gorgulho, o que tem vindo a ser recorrente.-----

----- - Em relação a esta questão, o Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, disse: “O facto de duas praias serem

referenciadas com má qualidade da água resultam de que, no ano passado, terem existido umas amostras com valores completamente fora do normal. Foram efetuadas, pela Autarquia, contra-análises, que reportaram valores normais e estes não foram mencionados por quem de direito, não tendo havido a substituição da análise pela contra-análise. Neste momento, foi já solicitado aos serviços para diligenciarem, junto do IASaúde, a razão por que não foi considerada a contra-análise. No corrente ano já foi aberto um procedimento para efetuar uma contra-análise todas as vezes que o IASaúde fizer análises, num laboratório diferente de forma a compará-las”.-----

----- - Tomando a palavra, e sobre este mesmo assunto, o Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, disse lamentar a situação, nomeadamente ao facto de que as praias da cidade possam ser objeto de instrumentalização de combate político. “No caso de verificação de incumprimento da lei e de que a contra-análise não foi considerada, deveria o Departamento Jurídico da Autarquia verificar as consequências derivadas daquele incumprimento por parte do laboratório, estudar as penalizações e, eventualmente, as devidas indemnizações à Câmara Municipal do Funchal, sendo a questão fundamental a identificação do problema e de quem será a responsabilidade”, acrescentou.-----

-----Prosseguindo, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, abordou um problema levantado pela Associação “Movimento Somos Todos Monte”, sobre a realização de obras num

curso de água, junto à Estrada da Corujeira, que originam inundações, ao que o Senhor Presidente informou serem da responsabilidade do Governo Regional.-----

-----Continuando, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, fez uma chamada de atenção relativamente à existência de um esgoto, a céu aberto, junto ao Centro de Saúde do Monte.---

-----Por último, referiu as más condições de higiene e limpeza e de segurança, da passagem existente entre a Rua da Praia e da Avenida do Mar.-----

----- - Sobre esta questão, o Senhor Presidente informou que mandaria averiguar junto dos serviços respetivos. A este propósito, acrescentou ainda que existem alguns “pontos negros” na cidade, do ponto de vista da segurança e limpeza, que têm sido intervencionados, quer com limpeza mais frequente quer com maior iluminação.-----

----- - Usando novamente da palavra, o Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, alertou para o piso degradado no Caminho dos Tornos, próximo do Caminho do Desterro, bem como para um derrame de esgotos para o interior de uma habitação, na entrada dezasseis-porta dois e derrames recorrente de água, nas escadas, na entrada, vinte e cinco, número dois.-----

---Referiu-se depois à necessidade de limpeza no Caminho do Desterro e situação idêntica e de falta de iluminação no Lombo da Quinta, freguesia de São Gonçalo, assim como a reparação de uma proteção existente no Largo, que se encontra danificada.-----

----- - Intervindo, a Senhora Vereadora Vanda de Jesus, do PSD, questionou os custos totais referentes ao evento “Fica na Cidade”, ao que o Senhor Presidente respondeu não ter ainda disponível, os respetivos valores.-----

-----Por último, a Senhora Vereadora Vanda de Jesus, em nome de todos os Vereadores do PSD, voltou a entregar, ao Senhor Presidente, nove (9) requerimentos, a exemplo do que já teria sucedido anteriormente, mais precisamente, segundo referiu, com a entrega de sete deles, há cerca de seis meses. “O facto de voltar a proceder à entrega destes requerimentos tem a ver, por um lado, lembrar ao Executivo o que foi solicitado e por outro a própria Lei que refere que um Vereador em regime de não permanência e sem pelouros atribuídos, tem direito à informação a solicitar não aos funcionários diretamente, mas ao Presidente da Câmara”. Os requerimentos novamente entregues foram os seguintes: “Requerimentos de informações detalhadas sobre o Programa “Câmara à Porta”, informações detalhadas sobre a “SocioHabitaFunchal, E.M.”, informações detalhadas sobre o Programa de “Apoio à Natalidade e Família”, informações detalhadas sobre o Programa “PRESERVA – Apoio à Conservação e Reparação de Habitações Degradadas”, informação sobre “Protocolos e Contratos-Programa com Associações de Solidariedade Social e com Entidades sem Fins Lucrativos”, informações detalhadas sobre o Programa de “ Participação na Aquisição de Medicamentos”, informações detalhadas sobre a

“FrenteMar Funchal, E.M., sobre o valor canalizado para a Publicidade, Promoção e Marketing e Eventos Culturais e Desportivos e por último, de informações sobre a área dos resíduos sólidos/energias renováveis”.-----

---A este propósito, a Senhora Vereadora Vanda de Jesus, acrescentou que os Vereadores da Oposição têm direito à informação e pretendem obtê-la.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

---Iniciou-se a apreciação dos assuntos constantes da ordem do dia e pela sequência nela prevista:-----

**1 - OBRAS PÚBLICAS E INFRAESTRUTURAS:**-----

----- - **Execução da Empreitada de “Prolongamento da Vereda do Boliqueime” – Abertura de Procedimento:** - A Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a abertura de procedimento por concurso público para a execução da empreitada de “Prolongamento da Vereda do Boliqueime”, com o valor base de € 508.000,00 (quinhentos e oito mil euros), bem como aprovar as peças processuais e a designação do júri proposto na informação do Departamento de Infraestruturas e Equipamentos (ref<sup>a</sup> 103/JP/DIE/2017), composto por: Mónica Spínola (presidente); Duarte Jervis (vogal efetivo); José Perneta (vogal efetivo); Ilídio Américo (vogal suplente); Bernardo Soveral (vogal suplente).-----

----- - **Empreitada de “Renovação das Redes de Água Potável do Caminho do Lombo – Incêndios de 2016” – Retificação do mapa da lista de trabalhos - Ratificação de despacho:** - Em

presença do respetivo processo e considerando o despacho do Senhor Presidente, datado de dezanove de maio/dois mil e dezassete, que aprovou, ao abrigo do estatuído no número três do artigo trinta e cinco do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, a retificação do mapa da lista de trabalhos da empreitada mencionada em título, pelos erros e omissões identificados, a Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o citado despacho nos termos do disposto previsto no número cinco do artigo sessenta e um, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei número dezoito/dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro, retroagindo os efeitos desta ratificação à data do despacho.-----

## **2 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.**-----

----- - **Prestação de Serviços de “Segurança, Vigilância e Manutenção de Equipamentos Eletrónicos do Município do Funchal” - Aprovação da Minuta do Contrato:** - Foi unanimemente deliberado aprovar a minuta do contrato de prestação de serviços de “Segurança, Vigilância e Manutenção de Equipamentos Eletrónicos do Município do Funchal”, a celebrar com a firma “CHARON – Prestação de Serviços de Segurança e Vigilância, S.A.”, pelo valor de € 242,778,60 (duzentos e quarenta e dois mil setecentos e setenta e oito euros e sessenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal.-----

## **3 - MERCADOS E FEIRAS – Adjudicações:**-----



----- - **Atribuição do Direito de Exploração da Loja número 4 do Mercado do Lavradores:** - A Câmara deliberou, por unanimidade, adjudicar a concessão do direito de exploração da loja número quatro (charcutaria e manteigaria), do Mercado dos Lavradores, ao concorrente "Rumos e Prioridade, Lda.", pelo valor mensal de € 1.395,93 (mil trezentos e noventa e cinco euros e noventa e três cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, nos termos do relatório final.-----

----- - **Atribuição do Direito de Exploração da Loja número 20 do Mercado do Lavradores:** - Em face do respetivo processo, a Câmara deliberou, por unanimidade, adjudicar a concessão do direito de exploração da loja número vinte do Mercado do Lavradores (hortofrutícolas), ao concorrente Duarte Nuno Freitas Melim, pelo valor mensal de 7.500,00 (sete mil e quinhentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, nos termos do relatório final.-----

----- - **Atribuição do Direito de Exploração do espaço de Florista do Mercado do Lavradores:** - Em presença do respetivo processo, foi unanimemente deliberado, adjudicar a concessão do direito de exploração do espaço de Florista à concorrente Maria de Freitas Araújo, pelo valor mensal de € 350,00 (trezentos e cinquenta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, nos termos do relatório final.-----

---Relativamente aos três documentos anteriores, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, alertou para que "a

Câmara quando procede à abertura deste tipo de procedimento, não tenha apenas em consideração o preço mais alto, mas também outros critérios de avaliação das propostas, para sustentar a especulação”.-----

---Intervindo, o Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, referiu, a este propósito: “A partir do momento em que o parecer sobre o projeto determine uma percentagem, significa o abrir de portas a um tipo de clientelismo”.-----

**4 – OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA – Isenção e Taxas:** - A pedido da Fábrica da Igreja Paroquial da Vitória/Santa Rita (proc.º 20264/17), a Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a colocação de sessenta (60) mastros, com isenção do pagamento de taxas, por ocasião da realização da festa de Santa Rita, nos termos da informação da Divisão de Mobilidade e Trânsito (refª 790/DMT/2017).-----

**5 – URBANISMO:**-----

-----**5.1 – Obras particulares:** - Presente requerimento de VITAMINISCOVER, UNIPESSOAL, Lda. (proc.º 13673/17, sub-proc.º 2015000348), solicitando a redução em cinquenta por cento (50%) das taxas municipais devidas pela emissão do alvará de licença de construção de uma estufa de cogumelos, situada ao Farrobo de Cima, São João de Latrão, freguesia de São Gonçalo, tendo a Câmara deliberado, por unanimidade, aprovar a referida redução, nos termos da informação da Divisão de Gestão Urbanística (refª LP-005-2017).-----

----- - Em presença do processo apresentado por RIM – Engenharia e Construções, S.A. (proc.º 34342/16, sub-proc.º 2016000290), referente às obras de reabilitação e alteração a efetuar no prédio situado à Rua de Santa Maria, números oitenta e cinco e oitenta e sete e Travessa da Amoreira, freguesia da Santa Maria Maior, a Câmara tomou, por unanimidade, nos termos do artigo quinto, número um, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (Decreto-Lei nº 555/99), de 16/12, na redação do Decreto-Lei nº 136/2014, de 9/9), a seguinte deliberação: "1. Deve corrigir as áreas e descrição do prédio na Conservatória e Caderneta Predial Urbana, uma vez que as áreas referidas e o número de pavimentos, no projeto, são diferentes das descritas na Certidão da Conservatória. 2. Deferido o projeto de arquitetura nas condições referidas em 1 e na condição do parecer da DRC (E 11653/17). 3. Deve apresentar os projetos de especialidades, nomeadamente: Segurança Contra Risco de Incêndios: AVAC; ITED; Águas e Esgotos; Estabilidade; Eletricidade".-----

-----**5.2 - Área de Reabilitação Urbana (ARU) /Benefícios Fiscais**: - Relativamente ao requerimento apresentado por RIM – Engenharia e Construções, S.A. (procº 15045/17, sub-procº 2017000037), solicitando os benefícios fiscais atinentes à “Área de Reabilitação Urbana (ARU)”, no respeitante à execução das obras de reabilitação e alteração a realizar no prédio situado à Rua de Santa Maria, números oitenta e cinco e oitenta e sete, freguesia de Santa Maria Maior, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar

nas condições propostas no parecer da Divisão Jurídica (ref<sup>a</sup> 307/DJF/DJ/2017).-----

----- - Em face do requerimento de VMLA, Lda., representada por Roberto Carlos Castro Abreu (proc<sup>o</sup> 2858/17, sub-proc<sup>o</sup> 2016000334), solicitando a atribuição de benefícios fiscais associados à Área de Reabilitação Urbana (ARU) decorrentes da execução da obra de reabilitação e ampliação do imóvel situado à Rua da Carreira, número duzentos e quarenta e oito, freguesia de São Pedro, a Câmara deliberou deferir, por unanimidade, com base e nos termos da informação da Divisão Jurídica (ref<sup>a</sup> 293/DJF/DJ/2017).-----

#### **6 – PROPOSTAS DA VEREAÇÃO:**-----

----- - **Proposta de Resolução da CDU, intitulada “Requalificação do Bairro de Santa Maria”**: - O Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, fez a apresentação da proposta, que se transcreve:-----

---“Os bairros sociais constituem entidades sociais com características próprias, dinâmicas variáveis, dependentes de relações, de representações que alimentam diversas formas de interação social. São espaços definidos pelas pessoas que os habitam, com um sentimento de pertença ao lugar e pelo sentimento de comunidade. A maioria dos bairros sociais do concelho do Funchal necessita de intervenções no sentido da requalificação dos diversos espaços pelo valor que os mesmos desempenham no quotidiano das populações e na respetiva

qualidade de vida. Assim, com a requalificação e valorização dos diversos espaços do Bairro estamos a devolver a identidade ao local e a dar resposta às necessidades específicas e diferenciadas dos moradores. No Bairro de Santa Maria, ao longo dos anos, muitos dos moradores tiveram que responder às necessidades de manutenção do bairro pelos seus próprios meios, assumindo uma função e tarefa que competia ao Município. No presente momento, o bairro apresenta sinais de degradação, com infiltrações de águas pluviais, falta de condições de habitabilidade em muitas das casas, habitações sobrelotadas devido à constituição de novas famílias e vários focos de insalubridade, alguns deles resultantes do encerramento de casas que são paredes-meias com outras. Assumindo aquelas que são as suas responsabilidades, a Câmara Municipal do Funchal, envolvendo a entidade gestora dos bairros sociais camarários, a SocioHabitaFunchal, E.M., delibera proceder à elaboração de um **Plano de Requalificação do Bairro de Santa Maria** que, entre outros aspetos, avalie e enquadre questões como:

- 1.º - Levantamento das famílias e seus agregados (composição e número de membros, situação habitacional, avaliação do espaço disponível na habitação que as mesmas ocupam, necessidades de novos alojamentos);
- 2.º - Intervenção nos fogos que apresentem sinais de degradação para criação de condições de habitabilidade;
- 3.º - Enquadramento paisagístico e urbanístico das habitações e apoio às pessoas que realizaram obras nas suas habitações;
- 4.º - Melhoria das acessibilidades, dos pisos, reparação dos derrames

provenientes da rede de saneamento básico; 5.º - Recuperação e reabertura das casas fechadas e sua redistribuição pelas famílias residentes no Bairro, nomeadamente por aquelas que residam em casas sobrelotadas. A exemplo de outros bairros sociais do Concelho do Funchal do Funchal, o Bairro de Santa Maria, um dos mais antigos do concelho, necessita de uma intervenção de fundo. Mas, uma intervenção e um plano de requalificação que envolva diretamente a população nas decisões que dizem respeito ao bairro e ao futuro do mesmo”.-----

---Usando da palavra, o Senhor Vereador Domingos Rodrigues, da Mudança, disse que a intervenção em habitações degradadas já era efetuada regularmente, inclusive com a colaboração da Junta de Freguesia.-----

---Intervindo sobre esta questão, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, referiu que “a proposta da CDU, aborda algumas questões relacionadas com o levantamento do agregado familiar, com o enquadramento paisagístico, melhoria das acessibilidades, recuperação e reabertura de casas encerradas, com as quais estamos de acordo se bem que a Câmara já tem um projeto de recuperação do bairro, com alguns anos, cujo projeto ainda não se iniciou, também resultantes de alguns diferendos. Espero que a Autarquia, num próximo mandato, pense numa intervenção de fundo neste bairro”.-----

---A Senhora Vereadora Vanda de Jesus, por sua vez, disse que o PSD era favorável à recuperação dos bairros. “Trata-se de um

bairro antigo e, enquanto Executivo camarário, o PSD apresentou, no passado, uma solução que iria proporcionar um maior número de habitações. Tem que ser revisto o projeto ao nível urbanístico, de segurança e de acessibilidades e no caso das casas devolutas poderem ser requalificadas existindo uma redistribuição do espaço”.-----

---Usando da palavra, o Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, esclareceu: “Não existe, por parte deste Executivo, nem da SocioHabitaFunchal, ou da Junta de Freguesia, qualquer abandono deste bairro. Ainda no ano passado, foi pavimentada a rua principal assim como do largo. Foi executado desbaste de algumas árvores e colocadas mesas e bancos. Alguns dos moradores têm sido apoiados em obras de melhoramentos, e, houve, de facto, um projeto no passado, que não teve continuidade devido à resistência de alguns moradores que, entretanto, foram construindo anexos ilegais edificados por cima das linhas de água”.-----

---Intervindo, o Senhor Presidente referiu que a Autarquia, a SocioHabitaFunchal e a Junta de Freguesia têm realizado um trabalho a todos os níveis. Disse que “nomeadamente têm sido efetuadas reparações com frequência e reabilitadas casas que não estavam habitadas e têm sido retiradas famílias que ocupavam espaços indignos. Enalteço o papel do Presidente da Junta de Freguesia em todo este processo. Existe um caminho político a percorrer mas também social e de envolvimento com todos os

moradores. O bairro padece de problemas estruturais de difícil resolução e nunca se investiu tanto no bairro como agora. Algumas das casas recuperadas já foram ocupadas por algumas famílias que necessitavam de habitação”.-----

---O Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, proponente da proposta, questionou o acompanhamento que tem vindo a ser feito desde a forma da intervenção, qual o enquadramento que a SocioHabitaFunchal tem dado, as questões familiares que têm envolto as famílias e como se estaria a proceder ao encerramento das habitações que não têm condições de habitabilidade.-----

---Intervindo, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CSD/PP, questionou se a CDU era a favor da requalificação ou da construção de um novo bairro.-----

---Usando novamente da palavra, o Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, referiu que a Câmara teria um problema se avançar com um novo bairro, que era o de fazer prova da propriedade, ao que o Senhor Miguel Gouveia, da Mudança, disse ter sido publicado, nesse dia, o regime excecional de registo de património de domínio privado do Estado, Regiões Autónomas e Autarquias Locais que vem dar celeridade aos processos de regularização e registo imobiliário.-----

---Continuando, o Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, disse que qualquer projeto terá que ser para as pessoas, envolvendo-as e preservando a identidade de quem ali reside.-----

---Ainda sobre esta questão, o Senhor Presidente referiu que, à



semelhança do Bairro da Penha de França, terá de ser um processo que envolva os moradores.-----

--- - Colocada à votação, foi aprovada por unanimidade.-----

**PERÍODO DE INTERVENÇÃO AO PÚBLICO:** - Pelas dezassete horas e trinta minutos, iniciou-se na Sala da Assembleia Municipal, o período de intervenção ao público. Intervieram os munícipes abaixo identificados, inscritos previamente na Divisão de Atendimento e Administração, colocando as suas questões:-----

--- - Ernesto Fernandes Pimenta – pedido de alargamento de estrada no Caminho da Barreira, entrada número duzentos e trinta e seis (Vereda do Camacho), freguesia de Santo António (procº 26482/2016);-----

---Usando da palavra, o Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, referiu a visita ao local por parte dos técnicos da Câmara com vista a estudar uma nova possibilidade, sendo que a fase seguinte será o contacto com os proprietários dos terrenos.-----

---Intervindo, o Senhor Presidente acrescentou que “se da parte dos interessados existir vontade e houverem as cedências de terrenos necessárias, dar-se-á início a uma primeira fase para o levantamento topográfico e após este o contacto com os proprietários”.-----

--- - David José Silva Pereira – entrega de abaixo-assinado solicitando o alargamento do Caminho das Lajinhas, freguesia do Monte (procº 29757/2015);-----

---Relativamente a esta questão, o Senhor Vereador Miguel

Gouveia, da Mudança, lembrou a possibilidade de intervenção proposta pelos moradores. “Neste momento, o levantamento topográfico ainda não foi efetuado nem se encontra no conjunto de obras que irão ser lançadas, no entanto, poderá dar-se início ao mesmo e apurar as possibilidades de cedência”, acrescentou.-----

---O Senhor Presidente, por sua vez, conciliou uma ida ao local, com os técnicos da Autarquia, por forma a analisar a situação.-----

--- - Agostinho de Freitas Jardim Branco – pedido de prolongamento da Travessa do Lombo da Quinta, freguesia de São Gonçalo;-----

---Sobre esta questão, o Senhor Presidente disse que o problema do saneamento básico era uma prioridade e já fora resolvida. No que se refere à execução da obra de alargamento, referiu que teria sido proposta, em tempos, uma solução que fora inviabilizada pelo proprietário de um terreno, no entanto, afirmou, deverá ser estudada outra alternativa.-----

---Relativamente a este assunto, o Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, referiu a possibilidade de uma eventual ligação à Estrada do Aeroporto, mas que devido à inclinação muito acentuada, proponha, em primeiro lugar, que fosse efetuado um estudo topográfico.-----

--- - Heliodoro Martins de Jesus – reclamação contra obras clandestinas no prédio situado ao Caminho do Salão, número três-G, freguesia de Santo António (procº 8221/2011);-----

---Relativamente a esta questão, o Senhor Vereador Domingos

Rodrigues, da Mudança, esclareceu que não tendo sido dado cumprimento às correções determinadas e estando essas operações já orçamentadas pelos serviços, a Câmara dará conhecimento à reclamada do valor orçamentado para a correção do muro dando continuidade ao processo de execução coerciva.-----

--- - Maria Filomena Pereira da Sousa – exposição sobre a colocação de contador na fração autónoma AY, no Hotel Jardins da Ajuda (procº 36563/2016);-----

---Sobre este assunto, o Senhor Vereador Domingos Rodrigues, da Mudança, esclareceu que as questões que levaram à reclamação prendem-se com a atividade e o funcionamento, problemas entre os proprietários e a entidade gestora do Hotel, pelo que não poderá ser a Câmara a resolver aqueles conflitos.-----

---Por sua vez, o Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, sugeriu uma reunião dos proprietários para que, junto do Governo Regional, entidade competente nesta matéria, seja retirada a licença turística ao edifício.-----

--- - Graciela Maria Portela Correia – reclamação contra obras ilegais (encerramento de varanda), no Edifício Dom Henrique II – Apartamento três A, freguesia da Sé (procº 12526/2017);-----

---Relativamente a este assunto, o Senhor Vereador Domingos Rodrigues, da Mudança, disse que fora dado conhecimento do parecer dos serviços a informar que, do ponto de vista urbanístico, a ampliação em causa, pela aparência e qualidade dos materiais, não contribui para a dignificação estética do edifício no seu todo,

pelo que a medida urbanística a ser aplicada deveria ser a demolição, independentemente das questões relacionadas com a autorização do condomínio ou de outros parâmetros.-----

--- - Maria de Lurdes Câmara Nóbrega – assunto relacionado com obras de ampliação da moradia situada ao Caminho do Palheiro, trinta-D, freguesia de Santa Maria Maior (procº 23514/2011);-----

---Sobre este processo, o Senhor Vereador Domingos Rodrigues, da Mudança, informou que será encaminhado para o Departamento Jurídico para análise e definição da medida de tutela de reposição da legalidade urbanística, atendendo a que a reclamada já fora notificada e não deu cumprimento ao solicitado pela Autarquia.----

--- - Jorge Paulo Castro Silva – reclamação contra a existência de um estaleiro de máquinas, entre prédios habitacionais, no Caminho do Engenho Velho, Edifício Quinta do Amparo (frente à antiga Madibel) (procº 40997/2012);-----

---O Senhor Vereador Domingos Rodrigues, da Mudança, referiu que, tendo sido já ultrapassado o prazo concedido para a execução das correções determinadas e atendendo a que, conforme informação da fiscalização, o estaleiro continua nas mesmas condições apesar das consecutivas notificações, o processo encontra-se no Departamento Jurídico para análise e determinação das medidas a tomar, que poderão passar pela execução ou encerramento coercivo.-----

--- - Maria José Souto de Freitas da Silva – reclamação contra a oficina de mecânica e pintura situada ao Caminho do Engenho

Velho, número nove, freguesia de São Martinho (procº 5873/2015);-----

---O Senhor Vereador Domingos Rodrigues, da Mudança, informou que o assunto encontra-se no Departamento Jurídico e Fiscalização que está a dar continuidade ao processo de encerramento coercivo, tendo já iniciado as diligências necessárias. Relativamente ao assunto colocado relacionado com uma praga de ratos, no Pico da Cruz, disse que os serviços do Departamento de Ambiente serão contactados, de forma a proceder à desratização do local.-----

--- - José Raul Catanho da Silva – assunto referente à demolição de um armazém agrícola ao Caminho do Lombo, número quarenta e oito, freguesia do Monte (procº 11616/2016).-----

---Sobre este processo, o Senhor Vereador Domingos Rodrigues, da Mudança, informou, à semelhança do anterior, que o processo está no Departamento Jurídico e Fiscalização que está a dar continuidade ao processo de encerramento coercivo, tendo já iniciado as diligências necessárias.-----

--- - Valdemar Nicolau Rodrigues Silva – reclamação contra a construção de uma laje junto à partilha, no Caminho da Ladeira, número setenta e nove (procº 57216/2013).-----

---Em relação a este processo, o Senhor Vereador Domingos Rodrigues, da Mudança, informou que o mesmo encontrar-se na mesma situação dos anteriores.-----

---Após se inteirar dos assuntos acima descritos e prestado

esclarecimentos, a Câmara encaminhou para os diversos serviços as situações que necessitavam informação.-----

**ENCERRAMENTO:** - Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião às dezanove horas e quarenta e cinco minutos.-----

De tudo para constar se lavrou a presente ata que eu, Chefe de Divisão de Atendimento e Administração, na qualidade de Secretária, a redigi e subscrevo.-----

-----

-----

Nota: Ata publicitada pelo Edital nº 168/2017, publicada nos locais de estilo.